

-----**ATA NÚMERO 42/2012**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E
DOZE.**-----

-----Aos quinze dias do mês de novembro do ano dois mil e doze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, e Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Eng. Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves, Dr. Gil da Silva Canha, Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Dr. Lino Ricardo Silva Abreu.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por

unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Senhor Vereador do PND, Gil Canha, iniciou a sua intervenção colocando uma questão que tem a ver com o corte duma magnólia, de grande dimensão, no Hotel Quinta do Sol, que está a ser alvo de recuperação, junto à Quinta Magnólia. Este corte verificou-se há cerca de quinze dias, tendo-lhe sido informado que o mesmo tinha licença da Câmara Municipal.--

----- - O Senhor Vereador Costa Neves, do PSD, disse que a informação transmitida não foi correta, uma vez que não é da competência da Câmara emitir tal autorização.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador Gil Canha pronunciou-se sobre as ribeiras do Funchal, dizendo: “Para a obra do aterro, nomeadamente para a construção dos “esporões”, são necessários grandes blocos de basalto em quantidade e volume quase igual ao que está lá depositado. Como necessitam de grandes quantidades de pedra, estão a revolver e a retirar pedra dos leitos das nossas ribeiras, a montante, “esgravatando” tudo, e subindo os leitos, quase até às nascentes. O saque desses inertes está a ocorrer na Ribeira dos Socorridos, Ribeira Grande de Santo António, Ribeira de Santa Luzia e Ribeira de João Gomes. Todo esse material solto, em caso de chuvas torrenciais, representa um grande perigo para a cidade. Tudo isto é uma loucura, uma irresponsabilidade e um crime. Aliás, eu já fiz queixa no MP, contra os governantes que eu entendo serem os principais responsáveis por este atentado à segurança dos munícipes e seus bens, o

Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, Cunha e Silva, e o Engenheiro Daniel Figueiroa. O mais preocupante, é que esta “fome” de blocos de basalto, está também a descalçar as vertentes marginais destes leitos, por exemplo, na Ribeira Grande de Santo António, já se deram deslizamentos de terras de grande extensão, como aliás mostra o inquérito do Senhor Vereador Henrique Costa Neves. E chamo atenção para o seguinte: nesta ribeira, como na dos Socorridos, ainda não estão a construir os açudes, por isso aqui não há esses álibis. Por outro lado, nas outras ribeiras, e aproveitando o pretexto dos açudes, estão a cometer os mesmos crimes ambientais. As nossas ribeiras a montante, sem os grandes blocos de basalto, sem os meandros naturais, sem as galerias marginais arborizadas, transformam-se em verdadeiras armas de cano de alma lisa prontas a descarregar a sua “carga explosiva” sobre a cidade. Sem esses travões naturais, sem as rugosidades dos perfis, e estando os leitos completamente terraplanados, as águas ganham grandes velocidades, como se fossem pistas de corridas de automóveis, não havendo nada cá em baixo que aguente essa desgraça. Na minha opinião, como está em risco a segurança da cidade, proponho que a Câmara tome uma posição conjunta, no sentido de chamar a atenção dessas entidades para este gravíssimo problema.”-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Costa Neves, do PSD, informou que a vereação estivera, ontem, no local onde decorrem as obras, conjuntamente com técnicos do Governo

Regional. Houve um compromisso importante de que não vai haver intervenção a montante dos açudes. Este facto merece consideração, pois há uma postura diferente e houve esta garantia, que é muito positiva.-----

-----O Senhor Vereador do PND contra-argumentou, dizendo que essas visitas guiadas pelo Senhor Engenheiro Daniel Figueiroa, tiveram o único objetivo de branquear uma situação gravíssima. “Aliás, se isto fosse um país decente, o Senhor Engenheiro Daniel Figueiroa já estava preso, por pôr em risco os bens e as vidas das populações da nossa cidade. Isto não são brincadeiras, mas é bom que os senhores vereadores da maioria tomem bem atenção às suas atitudes, porque em caso de alguma aluvião catastrófica, poderão responder criminalmente por terem conhecimento deste alerta e não terem feito nada para remediá-lo”, afirmou. -----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse que o compromisso assumido deveria ser divulgado, fazendo a Câmara um acompanhamento periódico das intervenções.-----

----- - Tomando a palavra o Senhor Vereador do PS, Rui Caetano, pediu a atenção da Câmara para uma situação duma munícipe, Maria José Moreira Spínola, moradora em São Pedro, que tem uma ação de despejo.-----

----- - A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que as ações de despejo são, normalmente, asseguradas pelo Instituto de Habitação, uma vez que têm maior disponibilidade de fogos.-----

----- - Em seguida interveio o Senhor Vereador Artur Andrade, da

CDU, começando por abordar a sinalética no Funchal e os abrigos nas paragens dos autocarros. Disse que, com a chegada do inverno as pessoas referem-se naturalmente ao assunto pelo que gostaria de saber se o programa para a sinalética poderá avançar em dois mil e treze. Quanto aos abrigos, lembrou que houve um concurso que previa anualmente a construção dum determinado número.----

-----Prosseguindo na sua intervenção, este Vereador propôs a criação de um Gabinete de Emergência Social, a ser considerado no Orçamento e Plano para dois mil e treze.-----

---Fundamentou esta proposta face à questão social que se vive no Funchal, resultante do aumento de desemprego, da carga fiscal, congelamento de salários, cortes nos subsídios, nas pensões sociais, etc. Atendendo a este drama social que vai atingir muitas famílias, defendeu que a criação de um Gabinete de Emergência Social, com articulação aos serviços competentes do Governo, estaria mais próximo dos cidadãos. Este Gabinete poderia começar por fazer um levantamento das situações e depois o acompanhamento e aconselhamento das pessoas afetadas.-----

---Terminou dizendo que esta é uma ideia que coloca para ser reflectida e avaliada.-----

Assuntos Diversos: - Foram apreciados e votados os assuntos seguintes, que não foram incluídos na Ordem do Dia.-----

APOIO AO LICENCIAMENTO DA ATIVIDADE DE GUARDA-NOTURNO: - Face ao proposto na informação da Divisão de Fiscalização Municipal (I-8909/12), a Câmara deliberou, por

unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea b) do número quatro do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, aprovar o apoio aos candidatos admitidos ao procedimento de seleção de Guarda Noturno, através de aquisição do fardamento necessário ao desempenho daquela função, no valor total de € 922,00 (novecentos e vinte e dois euros).-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do nº 2 do artigo 16º do Regimento desta Câmara Municipal, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA NO ANTIGO EDIFÍCIO DA RTP: -

Perante o ofício do Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça, I.P. (refª S-IGFIJ/2012/20111) dando conta da realização das obras de reabilitação e conservação a efetuar no antigo edifício da RTP no Funchal, localizado na Rua Tenente Coronel Sarmiento, número quinze, para instalação da Polícia Judiciária, bem como solicitando autorização de ocupação da via pública para as citadas obras, em cerca de quatro metros quadrados, a Câmara deliberou, por unanimidade autorizar.-----

ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA: - A Câmara deliberou, por maioria, com voto contra do PND, autorizar a abertura de uma

conta específica para a movimentação das verbas provenientes do empréstimo no montante de € 28.414.335,96 (vinte e oito milhões quatrocentos e catorze mil trezentos e trinta e cinco euros e noventa e seis cêntimos), que será recebido do Orçamento de Estado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), sendo efetuada no BANIF, por ser uma instituição com sede neste município e disponibilizar mecanismos simples e práticos para o processamento dos pagamentos.-----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EM DIVERSOS EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DO FUNCHAL - Minuta de

Contrato: - A Câmara deliberou, por maioria, com voto contra do PND, aprovar a minuta do contrato de prestação de serviços de segurança e vigilância em diversos edifícios do Município do Funchal, a celebrar com a firma “ESABE Vigilância, S.A. – Sucursal em Portugal”.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e do nº 2 do artigo 16º do Regimento desta Câmara Municipal, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

-----***ORDEM DO DIA***-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - ***Proposta de Resolução da CDU, intitulada “20 de***

fevereiro de 2010: recuperação adiada, insegurança permanente – Criação de Comissão Mista de Acompanhamento à Reconstrução: - Presente Proposta de

Resolução, apresentada pela CDU, que abaixo se transcreve:-----

---“1 – Após a intempérie de 20 de fevereiro de 2010 iniciou-se um processo de reconstrução marcado por intervenções que não corresponderam a uma calendarização concertada entre os intervenientes diretos, neste caso o Governo Regional e a Câmara Municipal do Funchal. 2 – A prioridade da reconstrução ou das intervenções efetuadas incidiram na realização de obras nas ribeiras e outros cursos de água, muitos deles sem corresponderem a estudos técnicos ou, em muitos outros casos, ignorando esses mesmos estudos e pareceres. Optou-se pela canalização, pura e simples, dos cursos de água, não preservando as suas margens de cheia. 3 – A esta intervenção não correspondeu a tomada de medidas ou a elaboração de um plano de atuação que tivesse em linha de conta a necessidade de um novo ordenamento do território com o cuidado de realojar as populações afetadas ou garantir maior margem de segurança para as mesmas. 4 – Um dos pontos de maior impacto na catástrofe de vinte de fevereiro de 2010 residiu nas encostas, arribas e falésias, que em muitas localidades constituíram o foco principal do problema causando a destruição de bens e haveres e inclusive a morte de várias dezenas de pessoas. 5 – Passados que são cerca de 32 meses, estas áreas continuam entre aquelas onde não se registou nenhum tipo de

ação concertada. No Curral Velho/Trapiche, nos Três Paus/Caminho do Moinho, nas Escadinhas da Estrela, todas na freguesia de Santo António, não se concretizaram medidas tendentes a defender e garantir a segurança dos cidadãos ali residentes e a salvaguarda dos bens ainda existentes. 6 – No Vasco Gil, também em Santo António, ruíram acessos que ainda não foram repostos e a muralha de proteção à ribeira, reivindicada ao longo dos anos, nunca avançou ao contrário do que foi anunciado. 7 – As encostas e arribas constituem um foco de perigo que necessita urgentemente de intervenção sobre risco de futuramente surgirem situações ainda mais gravosas e penalizadoras para as localidades e as suas populações. 8 – Constata-se que existem diversos problemas a montante dos açudes das ribeiras (em vias de adjudicação) que não foram alvo de qualquer estudo por parte do Governo Regional e que a sua não realização põe em causa as obras a jusante. 9 – As obras a cargo do Governo Regional não têm em atenção o Plano de Emergência Municipal nem a análise de risco da nossa cidade. 10 – Os estudos de análise de risco realizados quer pela Câmara Municipal do Funchal quer pelo Governo Regional, em alguns casos são contraditórios. Assim, é de toda a conveniência e deve constituir uma exigência que, nesta fase crucial do processo, entre a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Regional seja criada uma Comissão Mista de Acompanhamento ao processo de reconstrução que, nesta fase em que se coloca a possível revisão da Lei de Meios, garanta que as

prioridades de intervenção e os meios disponíveis sejam canalizados para a concretização das obras necessárias nas áreas mais sensíveis”.-----

--- - Colocada a votação, foi rejeitada por maioria, com votos contra do PSD e a favor do PS e PND.-----

2 - EMPRÉSTIMOS:-----

----- - **Financiamento de curto prazo para o ano 2013:** - Tendo por objetivo fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, a Câmara deliberou, por maioria, com voto contra do PND, autorizar a abertura do procedimento para o financiamento de curto prazo para o ano de dois mil e treze, no montante de três milhões e meio de euros (3,5 M€), bem como autorizar o júri de análise, constituído pelos técnicos: Efectivos - José Paulino Carvalho Ascensão; Leonel Fernandes Mendonça, Ilidio Américo Silva. Suplentes - Olga Maria Ribeiro Camacho e Maribell Rodrigues de Freitas.-----

3 - URBANISMO:-----

-----**3.1 - Loteamento:** - A pedido de Susana Pinto Rodrigues (procº 33719, sub-procº 2008001651), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos da informação (DU - Arqtº Febrer) a alteração dos parâmetros urbanísticos do lote trinta e oito do alvará de loteamento número trinta e oito/noventa, localizado no Sítio da Igreja, freguesia de São Gonçalo.-----

-----**3.2 - Obras Particulares:** - Presente rectificação do projeto de licenciamento de um edifício de habitação colectiva e comércio a

custos controlados, apresentado pela FLAPRO – Cooperativa de Habitação Económica, C.R.L (procº 43311/12, sub-procº 2011000354), a levar a efeito no Caminho do Amparo, freguesia de São Martinho, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com voto contra do PND, deferir nos termos da informação (refª DAF-131/12).-----

-----**Declaração de Voto do PND:** “Voto contra porque verifiquei que existem rasuras a lápis, na ficha dos dados técnicos, que faz parte do processo de licenciamento”. -----

4 – VENDA AMBULANTE:-----

----- - **Pagamento de taxas em prestações:** - Acompanhado da informação do Departamento Financeiro (datada de 05-11-2012), foi presente o requerimento de Maria Lígia Figueira Cunha Santos (procº 46289/12), solicitando o pagamento em prestações da dívida de taxas de venda ambulante, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, autorizar em prestações de dezasseis (16) meses com o valor mensal de € 105,18 (cento e cinco euros e dezoito cêntimos).-----

5 – MERCADOS MUNICIPAIS:-----

----- - **Atribuição do Direito de Exploração de Loja nº 11 do Mercado dos Lavradores:** - Na presença do respetivo processo (D.C.P./2012), a Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no número três do artigo cento e quarenta e oito do Código dos Contratos Públicos, concordar com a proposta do júri constante do III relatório final e adjudicar a loja número onze do

Mercado dos Lavradores, destinada à venda de bolsas, a Joel Inácio Gomes Gonçalves Azevedo.-----

6 - DIVERSOS:-----

----- - **Auditoria às Contas do Município para os anos 2012/2013:** (O processo agendado sob o número 280 foi retirado e adiado para a próxima reunião).-----

----- - **Ballon Vision:** - A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a informação do Departamento de Contratação Pública (refª 66/D.C.P.) notificando o subconcessionário da Ballon Vision para o fecho do empreendimento e entrega das respetivas chaves.-----

----- - **Espaços das Bibliotecas da Nazaré e da Penteada:** - Face ao processo relativo ao arrendamento de dois espaços na Nazaré e Penteada, onde funcionam duas bibliotecas, propriedade da I.H.M. – Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM, e a que se refere a informação do Departamento de Contratação Pública (refª 52/D.C.P.), a Câmara deliberou, por unanimidade, entregar os respetivos espaços à proprietária I.H.M..-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----